

Globethics Repository



Hannah Arendt [Hannah Arendt]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Schaeffer de Oliveira, Davison
Publisher	UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-09-19 08:11:08
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/234606

Hannah Arendt: A Origem da Noção de Autoridade*

*Davison Schaeffer de Oliveira***

Resumo: O objetivo principal deste texto é apresentar os tópicos-chave do pensamento político da Hannah Arendt no que diz respeito ao tema da autoridade. O foco principal é na origem filosófica e política do conceito de autoridade bem como no seu impacto sobre o mundo moderno.

Palavras-chave: autoridade, crise, origem, conflito e fundação;

Abstract: This text's main goal is to present the key topics of Hannah Arendt's political thought concerning the issue of authority. Its main focus is on the philosophical and political origin of the authority concept as well as its impact on the modern world.

Key-words: authority, origin, conflict, foundation;

Introdução

A questão que proponho desenvolver foi tratada por Hannah Arendt em sua obra intitulada *"Entre o Passado e o Futuro"*, especificamente o capítulo terceiro que traz a questão *"Que é autoridade?"*.

O ponto de partida da análise histórico-interpretativa de Arendt é a constatação de uma constante e profunda crise da autoridade no mundo moderno que culminou na dura realidade dos regimes totalitários no século XX. As experiências totalitárias, inauguradas pelo nazismo e o estalinismo, representam o testemunho final de um processo que durante séculos solapou os alicerces e as fundações do ocidente e, do ponto de vista de sua constituição essencial, assenta-se em bases políticas. Dito de outra maneira, a crise da autoridade presente no mundo moderno, crise marcante de nosso tempo, possui raízes e natureza políticas. O que significa que a esfera pública destaca-se como chave hermenêutica fundamental: âmbito privilegiado de leitura e interpretação de nossa própria época. Com efeito, a devida compreensão desses fenômenos totalitários exige uma profunda análise da crise da política que acompanhou o desenvolvimento da história ocidental. Ao tratar do problema da autoridade, Arendt pretendeu desvelar as fontes de sustentação e significação dessa noção que alcançou seus primeiros esforços de fundamentação teórica com a filosofia política grega. Não obstante, segundo nossa autora, as experiências propriamente políticas dessa noção foram efetivadas pelos romanos na experiência da fundação da cidade.

Partindo dessas afirmações e guiado pelas conclusões de Arendt, pretendo apresentar as características principais que deram origem à noção de autoridade no pensamento filosófico e político do ocidente. Primeiro, será tratada a problemática que envolve o tema da autoridade, e de que maneira esse tema geralmente é tratado no mundo moderno. Em seguida, será investigada a origem filosófica e política do conceito de autoridade. Entretanto, a ênfase dada aos conteúdos políticos dos romanos e dos gregos limitar-se-á à interpretação arendtiana do conceito de autoridade. Desse modo, não será privilegiada e aprofundada, no texto que segue, uma apresentação eminentemente descritiva dos estados grego e romano em seus aspectos tanto históricos quanto políticos, pois escaparia à pretensão do presente estudo. Por fim, espero tecer algumas considerações a modo de conclusão.

Problemática da questão da autoridade e a situação do mundo moderno

Trata-se de pensar o conceito de autoridade desenvolvido e interpretado por Hannah Arendt.

É bem verdade que essa questão apresenta-se aparentemente vazia perante o inquiridor que questiona acerca de sua natureza. A questão “*Que é autoridade?*” revela-se, principalmente em nossas mais novas experiências políticas, pouco clara no que diz respeito à determinação precisa do objeto que ora é questionado. Contudo, trata-se de um evento histórico que foi outrora fundamental para a constituição da política no ocidente e que, como tal, a despeito de sua origem bem determinada e de seu desenvolvimento ao longo da história, chegou ao fim com a crise da autoridade no mundo moderno.

O desaparecimento da autoridade no contexto moderno talvez indique, com maior propriedade, a dificuldade de se tratar essa questão, na medida em que não há em parte alguma a possibilidade de visibilidade e experiência da autoridade no mundo das aparências, que é o horizonte de toda manifestação de sentido. A ausência do fenômeno da autoridade no mundo moderno é um dos motivos centrais que tornou a compreensão dessa noção vazia e enevoada, causa essencial das diversas confusões que esse conceito sofreu em nosso século. Com efeito, onde seria possível (re)encontrar uma experiência autêntica desse conceito que já fora um dia fundamental para a política?

Diz-nos Hannah Arendt, logo no início de seu questionamento acerca da autoridade, que “*Tanto prática como teoricamente, não estamos mais em posição de saber o que a autoridade realmente é*”¹.

É preciso compreender de maneira suficiente o que Arendt deseja destacar com tal enunciado.

Por sua própria constituição, a questão “*Que é autoridade?*” é mal formulada. Hannah Arendt não deseja questionar, o que seria natural com a forma “*Que é...*”, uma “*autoridade em geral*”. Não se interroga o que a autoridade “*é*”, mas um determinado tipo de autoridade que possui raízes históricas e que, hoje, efetivamente, não é, ou seja, desapareceu do mundo moderno. A questão transforma-se, por conseguinte, na pergunta pelo que “*foi*” a autoridade e que espécie de mundo veio a ser constituído com o declínio dessa noção.

Com isso, chegamos a um primeiro ponto a ser discutido mais detalhadamente.

O mundo moderno² se encontra de tal forma que a experiência da autoridade, bem como o tipo de governo que se funda nessa experiência, não possui mais realidade fenomênica, não obstante ter sido essa experiência outrora fundamental para a teoria e prática políticas. Dessa maneira, Hannah Arendt empreende uma investigação, que denomino histórico-interpretativa, cujo objetivo é iluminar alguns estados possíveis de compreensão do passado lido na história ocidental. A crise da autoridade é a marca de um século, notadamente o século XX, e seu desaparecimento significou o declínio de uma das principais bases de sustentação do ocidente. Além da autoridade, a tradição e a religião constituíram, juntos, os pilares fundamentais que conferiam ao mundo a estabilidade e a solidez necessárias para a construção e realização da própria história do ocidente. O fim da autoridade trouxe consigo a consumação do solapamento dos alicerces constituídos pela autoridade, tradição e religião, sem os quais, o mundo tal qual o conhecemos, não mais se sustenta. Assim, a crise da autoridade alcançou o estágio final do declínio que havia tido início nas profundas crises da tradição e das instituições religiosas no princípio da era moderna. Mas, se antes as razões dessas crises não eram propriamente políticas, o fenômeno da autoridade exige, como veremos, uma compreensão política de sua experiência. Desse modo, na medida em que a perda da autoridade é a conclusão e a consumação de um processo que envolve a tradição e a religião, a perda da autoridade foi precedida por duas outras perdas ou crises: a perda da tradição e a perda da religião.

A perda da tradição, entendida como crise da metafísica, significa que se perde o fio condutor, isto é, os ideais transcendentais que, durante longo tempo, haviam conferido segurança na compreensão do passado. O próprio presente era interpretado a partir das categorias metafísicas que conferiam verdade ideal ao discurso sobre o real. A perda da tradição deixou a compreensão do passado em suspenso. Deve-se ter em mente, porém, que a perda da tradição não diz necessariamente perda do passado. É bem verdade que, a despeito da perda dos fundamentos interpretativos da tradição, o passado possa se mostrar, quiçá melhor do que nunca,

em novas perspectivas. E desse modo, a volta ao passado a partir de nossas mais recentes experiências, poderá iluminar aspectos jamais vistos da tradição.

Por outro lado, a perda da religião trouxe consigo a evidência do declínio, não exatamente da fé, mas da instituição religiosa que passou a ser reconhecida muitas vezes como o lugar da hipocrisia e da mentira, fonte do atraso e do obscurantismo.

Por fim, a perda da autoridade revela-se equivalente à perda da permanência e segurança do mundo político, que já havia entrado em crise com as revoluções sociais e políticas européias, mas que alcançou uma radicalidade sem precedentes com a ascensão dos regimes totalitários. O nazismo e o estalinismo representam eventos sem precedentes históricos, pois se distinguem fundamentalmente das tiranias e ditaduras tradicionais. Os sistemas totalitários tiraram proveito da crise profunda da autoridade em que o sistema de partidos perdera seu prestígio e a autoridade do governo não era mais reconhecida: o que promoveu as condições suficientes para o surgimento desses regimes.

Por outro lado, a problemática da questão da autoridade nos mostra a deficiência das teorias que se ocupam do cenário político contemporâneo, na medida em que não abarcam suficientemente o cerne da autoridade. A ausência de experiências autênticas do fenômeno da autoridade tornou o termo encoberto por controvérsias e confusões. O que significa que de forma alguma a noção de autoridade oferece-nos auto-evidência. A ambigüidade do conceito de autoridade no mundo moderno coloca sérios obstáculos para o questionamento da constituição fundamental do que seria um governo autoritário. Assim, faz-se mister apresentar uma definição provisória da noção de autoridade para que seja possível compreender as distinções entre governos autoritários, tirânicos e totalitários.

Definição provisória

O significado de “*autoridade*”, como facilmente se supõe, se relaciona essencialmente com o caráter de obediência que esta modalidade de governo exige. Porém, a obediência não se confunde, necessariamente, com noções de força e violência. Comumente, acredita-se legitimar a instrumentalização estatal da violência e da força com vistas à manutenção da autoridade e da ordem. Para Hannah Arendt, trata-se de uma compreensão absolutamente equivocada. A necessidade da força e da violência evidencia, antes, a impotência de um governo, bem como a ausência de autoridade e o abandono do poder oriundo necessariamente da esfera pública.

O conceito de poder na obra de Hannah Arendt é deveras importante para a compreensão da diferença fundamental e relacional de autoridade e poder³. A efetivação do poder só se dá através da palavra (*léxis*) – “*na medida em que não são vazias e nem ocultas intenções*” - e da ação (*práxis*) – “*quando não são brutais, violentas ou destrutivas*”. O poder mantém a existência da esfera pública como o espaço potencial da aparência entre os homens que falam e agem. A palavra “*poder*” deriva de potência, ou seja, possibilidade não atualizada⁴. O poder se difere da força, porque a força é uma qualidade natural de um indivíduo isolado; enquanto o poder apenas passa a existir entre os homens quando eles agem juntos e desaparece no exato momento em que eles se dispersam, pois, corresponde à condição humana da pluralidade. A violência, isto é, o uso da ação instrumentalizada, pode chegar a destruir o poder, mas não pode de forma alguma substituí-lo. Por isso o totalitarismo e a tirania são impotentes, na medida em que eliminam o mundo comum da atividade plural dos homens na esfera pública.

Considerando que não se pode derivar autoridade da violência, seria possível propor, neste sentido, a persuasão e o uso do discurso⁵ como um dos elementos de um governo fundado na autoridade. Na verdade, a autoridade é totalmente incompatível com a persuasão. Dentre os pressupostos da persuasão, temos a igualdade, a ausência de governantes e governados. Contudo, a autoridade é o contraponto da igualdade. É essencialmente hierárquica e, como tal, funda-se na desigualdade. A estrutura hierárquica de um governo autoritário se funda no reconhecimento mútuo entre o que manda e o que obedece, pois ambos, o governante e o governado, possuem seu lugar estável e pré-determinado na hierarquia. Desse modo, a

autoridade apresenta-se como “[...] *contraposição à coerção pela força como à persuasão através de argumentos*”⁶.

Essa definição provisória de autoridade permite delimitar de maneira geral as características cruciais de três importantes tipologias governamentais, a saber, governo autoritário, tirânico e totalitário.

Os governos autoritários restringem a liberdade, mas não a eliminam, porque permanecem sempre ligados aos direitos civis. Nos governos tirânicos ou ditatoriais, porém, a liberdade é abolida completamente, o tirano assume sozinho a esfera pública e as decisões são direitos exclusivos do ditador, que age de acordo com seus interesses. Nesses governos assistimos à eliminação clara da “*pólis*”, pois a característica principal da esfera pública é a participação plural dos cidadãos em um espaço comum. Por fim, os governos totalitários operam com a total eliminação, não apenas da liberdade, mas da própria espontaneidade através do condicionamento e da massificação⁷.

Podemos, desse modo, traçar três modelos tecnoestruturais representativos desses governos supracitados apresentado por Hannah Arendt. O governo autoritário possui um aspecto de uma pirâmide em que a sede da autoridade se encontra no topo, porém sua fundamentação se encontra, ou imediatamente acima e de forma transcendente – tipo cristão desenvolvido pela Igreja e esboçado por Platão; ou se encontra nas profundezas de um passado sacro, não obstante terreno, como veremos adiante na origem política da autoridade para os romanos. Já a tirania é representada por uma pirâmide em que seu topo há a *uno-presença* do rei, e em sua base encontram-se todos os demais. O governo tirânico dá suas boas vindas na fórmula do “*um contra todos*”, em que o “*todos*” adquire uma profunda igualdade, na medida em que são todos súditos perante o senhor. O tirano exige a companhia de uma guarda pessoal, o que de forma alguma é surpreendente, visto que o tirano necessita de proteção “*contra todos*”. Por fim, o governo totalitário, diferente da figura de pirâmide dos dois governos anteriores, assemelha-se a uma cebola, pois, quer o líder integre o organismo político como uma hierarquia autoritária, ou oprima seus súditos como a um tirano, ele o faz de dentro, e não de fora ou de cima.

Em seguida, tentaremos apontar alguns limites das teorias modernas acerca do fenômeno da autoridade explicitados por Hannah Arendt.

Falência das teorias modernas

As teorias do mundo moderno, como o liberalismo e o conservadorismo não alcançam uma compreensão adequada do mundo moderno porque tratam os diferentes governos mencionados indiscriminadamente; e as bandeiras do “*progresso*”, sustentadas pelo liberalismo, como também as bandeiras da “*decadência*”, erguidas pelo conservadorismo, representam um retrocesso do entendimento tanto do fenômeno da liberdade⁸ quanto da experiência da autoridade. O liberalismo não vê diferença fundamental entre tirania e autoritarismo, assim como também não distingue autoritarismo de totalitarismo, pois supõe que qualquer restrição da liberdade⁹ implica num sistema totalitário ou tirânico. Nas palavras de Arendt, “[...] o *mais draconiano governo autoritário é limitado por leis. Seus atos são testados por um código* [...]”¹⁰

Para o liberalismo, por conseguinte, autoritarismo, tirania e totalitarismo fazem parte de um mesmo fenômeno que apenas têm grau e intensidade diferentes. O progresso como imperativo do pensamento liberal, requer constante perda do poder, porque deseja que a liberdade tenha início no exato momento em que o espaço público da aparência se esvai por completo. Repito, se, e somente se, co-existe uma plurivocidade de homens, apenas possível na esfera pública, poderá haver potencialidade, o poder propriamente dito no sentido que Hannah Arendt o entende, de pessoas que agem em conjunto e decidem sobre seus destinos.

Com efeito, se o conservadorismo supera em parte o liberalismo, pois se preocupa em distinguir governo tirânico de governo autoritário; não se dá conta, entretanto, da distinção entre totalitarismo e tirania: porém, a possibilidade de compreensão dos fenômenos totalitário de nosso tempo exige um reconhecimento da radicalidade desses eventos sem precedentes em que as categorias tradicionais da política não são mais capazes de abarcar.

Origem filosófica do conceito

Como Hannah Arendt pretendeu mostrar, a palavra e o conceito de autoridade são de origem romana. Não obstante, Platão e Aristóteles se aproximaram dessa noção e precederam historicamente as experiências políticas romanas. Sem dúvida, os romanos sofreram uma grande influência da filosofia grega, mas foram além, puderam por em prática a tentativa grega de fundamentação da autoridade devido à própria experiência política desse conceito que os romanos possuíam.

Platão pode ser considerado o primeiro autor da história ocidental a elaborar ensaios que pretendiam dar conta do fenômeno político. Os escritos em que trata especificamente desse assunto são a *“República”*, o *“Político”* e as *“Leis”*.

Platão, na *“República”*, se aproxima do conceito de autoridade como o governo utópico da razão na pessoa do rei filósofo. Com efeito, sua tentativa de fundação de uma autoridade para o âmbito dos assuntos humanos se colocava em nítido confronto com a experiência política grega, na medida em que a desigualdade na *pólis* era desconhecida. A política em Atenas se fundava na liberdade e na igualdade, a desigualdade era apenas aceitável no âmbito da administração doméstica¹¹.

A autoridade em política deriva sua importância justamente de sua capacidade de conferir durabilidade e permanência ao mundo tão frágil e instável dos homens. Não obstante, o motivo crucial que permite compreender a necessidade de autoridade para a política em Platão é o conflito latente entre o cidadão da *pólis* e o filósofo. A razão essencial para que os filósofos assumissem o governo da cidade assentava-se na hostilidade da política para com a filosofia: pois, o filósofo experimentou a *pólis* como ameaça à sua vida. Confronto latente que certamente veio à luz no contexto do julgamento e morte de Sócrates.

Desse modo, segundo Arendt, o filósofo se volta para as questões da esfera pública “[...] *não tanto por amor à polis e à política* [...] [mas] *por amor à filosofia e à segurança do filósofo*”¹².

No mito da caverna, que Platão apresenta na *República*, as idéias são tomadas como medida normativa com a finalidade de organizar o interior da caverna. Arendt toma emprestada a interpretação de Heidegger sobre a questão da verdade em Platão¹³ e busca nesta alegoria o sentido da preocupação política que o filósofo carrega consigo ao pretender assumir o papel de rei e governante¹⁴.

O movimento primeiro do filósofo em direção às idéias, à realidade fora da caverna, se faz pelo intento do desvelamento do ser. A situação se transforma quando o filósofo retorna para o interior da caverna e se dá conta de que os habitantes da caverna vivem imersos em sombras e ilusões. A tentativa do filósofo de comunicação de sua experiência fora da caverna, onde as coisas se revelaram à luz do sol, na plenitude de seu ser, desencadeia um conflito que o filósofo experimenta como ameaça à sua vida. Desse modo, no afã de organizar o interior da caverna, o filósofo se volta para as idéias e busca utilizá-las como “metro” e “medida” para a política. A filosofia enquanto metafísica se torna autoridade para a política. As idéias transcendentais exigem para si a autoridade. Como bem compreendeu Arendt:

“[o conflito no interior da caverna evidencia] ... a perda de orientação do filósofo nos assuntos humanos, da cegueira que atinge seus olhos, da angustiada sensação de não poder comunicar o que ele viu e do verdadeiro perigo para sua vida que daí surge. É nesse transe que o filósofo apela para o que ele viu, as idéias, como padrões e normas e, finalmente, temendo por sua vida, as utiliza como instrumento de dominação”¹⁵.

O rei filósofo, versado em idéias, possui o instrumental para governar. As idéias nas mãos do filósofo podem tornar-se Leis. De acordo com o exemplo da pirâmide, o fundamento da autoridade se situa além da pirâmide, no mundo das idéias, no âmbito da razão transcendente.

Era preciso encontrar uma alternativa de governo que fosse superior à persuasão, pois o recurso ao discurso cujo objetivo é o convencimento havia se mostrado insuficiente e instável para guiar os homens na *pólis*, principalmente no contexto da injustiça praticada contra Sócrates. Mas os meios externos de violência também eram indesejáveis, porque de forma alguma pode-se

acreditar na estabilidade de um governo que se vê imerso em um cenário de conflitos constantes para a manutenção do poder. Dessa forma, a solução encontrada por Platão para a fundamentação da autoridade, baseou-se na possibilidade de instrumentalizar a razão com vistas a uma aplicabilidade prática. A razão se impõe ao pensador como superior à persuasão e como instrumento de coerção sem o uso da violência. Porém, a auto-evidência das idéias que se impõe à atividade do pensar é experimentada por uma minoria, ou seja, os próprios filósofos. Para que a maioria fosse submetida à verdade filosófica, Platão introduz um mito sobre o inferno, claramente constituído de motivações políticas, com a finalidade de que o povo se convencesse da autoridade da razão, ou, pelo menos, agisse como se conhecesse a verdade.

Ao que parece, Platão foi o primeiro ensaísta que percebeu o potencial político dos mitos. Na “República”, o mito final das recompensas e punições em uma vida futura¹⁶ representa a tentativa de convencimento da legitimidade da razão para o povo que não é capaz de contemplar as idéias auto-evidentes ao modo filosófico.

“Aquilo que a alegoria da caverna é para o filósofo, no meio de A República, para os eleitos ou para os filósofos, é no final o mito do inferno, para a maioria que não está à altura da verdade filosófica”

Platão é levado a buscar, por outro lado, princípios legítimos para fundamentar a autoridade da razão através das experiências que os gregos já possuíam. No âmbito da política, a única experiência grega de governo hierárquico era a tirania. Assim, Platão foi buscar exemplos de autoridades, tais quais os gregos a conheciam, na esfera da administração da casa onde reinava uma desigualdade natural. Sistemáticamente, são cinco os modelos principais que Platão utiliza com vistas a legitimar o governo autoritário de acordo com a experiência que os gregos possuíam do âmbito privado. O primeiro modelo é o exemplo do pastor e suas ovelhas: evidentemente baseado em uma situação de hierarquia natural, na medida em que as ovelhas necessitam do pastor para serem guiadas e protegidas. O segundo modelo, diz respeito ao timoneiro de um barco e seus passageiros. O timoneiro é o guia e, como tal, assume seu lugar como aquele que conduz, o líder, enquanto que aos passageiros resta serem guiados. O terceiro modelo coloca a questão da relação entre o médico e o paciente. O corpo que não atende aos conselhos e indicações do perito em saúde, adoece até padecer. O doente clama pela sua recuperação que apenas pode ser oferecida pelo auxílio médico. O quarto modelo se refere à relação do senhor e do escravo, relação que se funda numa hierarquia natural e irremediável: os escravos devem obedecer aos seus senhores de acordo com sua própria essência, assim como os senhores devem governar por sua própria constituição. O quinto modelo se refere ao artífice. É o exemplo que melhor se aproxima da noção platônica de conhecimento especializado, pois o artífice molda a realidade de acordo com os padrões transcendentais previamente visualizados pelo intelecto. No exemplo do artífice, do médico e do timoneiro, temos com maior evidência a característica de conhecimento especializado que infunde confiança. É mais fácil notar, no exemplo do pastor e do escravo, a forte característica da condição natural que predomina nos dois modelos.

Todos esses exemplos fazem uso das experiências gregas da esfera privada. A preocupação central desses exemplos, como pode-se facilmente perceber, a saber: a saúde, a fabricação e o estado natural, são todas noções oriundas de esferas pré-políticas em que a desigualdade e o direito à autoridade que se baseia na hierarquia possuíam fundamento.

Aristóteles, entretanto, rejeita a estrutura de governo platônica do rei filósofo. Todavia, manteve a dicotomia entre o ver a verdade em solidão e isolamento¹⁸ e a relação plural necessária nos negócios humanos da esfera política. Trata-se da separação essencial entre um modo de vida teórico (bíos theoretikós) e um modo de vida devotado aos afazeres humanos (bíos politikós). Estes modos de vida eram ambos livres: “[...] os homens podiam escolher [esses modos de vida] livremente, isto é, em inteira independência das necessidades da vida e das relações dela decorrentes”¹⁹

A vida do filósofo, dedicada à contemplação e investigação das coisas eternas, assim como a vida do político, dedicada aos assuntos da *pólis*, muito embora fossem ambas livres, possuíam seus lugares definidos numa hierarquia implícita. A vida contemplativa foi eleita como superior à vida dedicada às coisas terrenas, de tal maneira que a filosofia continuou a ser autoridade, desde Platão, em questões de política. O conceito de autoridade foi novamente concebido, na filosofia política de Aristóteles, em sua essencial subordinação à razão, porém ela não dispõe de caracteres ditatoriais, mas decorre, como em Platão, da superioridade do perito sobre o leigo. Mais uma vez a hierarquia é fundada aqui em uma questão de natureza, pois o

perito deve governar porque conhece, faz parte de sua constituição; da mesma maneira, o leigo deve por em prática as ordens do perito, devido, sobretudo, à sua impossibilidade de governar.

Não foi possível a Aristóteles, bem como a Platão, formular o conceito de autoridade em bases efetivamente políticas. Mas devido, antes, à ausência de uma noção de autoridade inserida na esfera pública. O que o levou a se refugiar de forma semelhante ao seu mestre, em exemplos da vida doméstica oriundos da esfera privada, ou seja, em âmbitos pré-políticos.

Origem política do conceito

Se a filosofia grega buscou recursos transcendentais e exemplos na esfera da vida e da administração doméstica para fundamentar a autoridade, foram os romanos que efetivamente alcançaram sua fundamentação na esfera dos assuntos propriamente políticos. Para compreendermos a experiência política romana, deve-se levar em consideração três elementos fundamentais, denominados por Arendt de trindade romana: tradição, religião e autoridade. A autoridade na política romana se interconecta essencialmente com a experiência da fundação da cidade que, para os romanos, possui ao mesmo tempo caráter sacro. Todas as gerações futuras são marcadas profundamente pela experiência sagrada da fundação que se torna, desde o seu início e para todo o sempre, a medida de todas as ações futuras. A recordação e preservação da experiência originária da fundação da cidade de Roma era o sentido e significado de toda participação política. Segundo Hannah Arendt, a plena significação da palavra “pátria” é derivativa da história romana.

“Não os gregos, e sim os romanos estavam realmente enraizados ao sólo [...] e, ao contrário dos gregos, [os romanos] não podiam dizer em épocas de emergência e superpopulação: “Ide e fundai uma nova cidade, pois onde quer que estejais sereis sempre uma pólis”²⁰

Para um romano não era possível deixar a sua pátria e levar consigo a experiência da fundação para repeti-la em outro lugar, pois a fundação da cidade era uma experiência única. As colônias romanas não conseguiam repetir a fundação da cidade romana que, por definição, era intransferível. Desse modo, as colônias significavam uma ampliação da fundação original. Segundo Arendt, os gregos, onde quer que fossem, levavam consigo a *pólis* bem como a possibilidade de sua reinstalação: de forma que era permitido a um grego repetir a *pólis* de Atenas. Não por acaso, divindades tais quais Jano, deus do princípio, e Minerva, deusa da recordação, eram profundamente romanas. A santidade atribuída à fundação da cidade é perfeitamente entendida se se mantém em mente a significação igualmente importante da noção de religião. Literalmente, religare, ou seja, caráter de tudo aquilo que se uni novamente. A preocupação de fundar, e a partir dessa fundação, conquistar a permanência daquilo que foi originado, exige que se mantenha sempre unido, sempre ligado ao passado todas as gerações vindouras. As gerações que surgem no mundo dependem profundamente de um passado que santifique e engrandeça seu povo e que seja capaz de elevar à eternidade ainda mais o passado já glorioso e sacro. Neste sentido, a religião assume um papel político por excelência. Os deuses romanos habitavam, assim como os homens, as cidades.

“O poder coercitivo da fundação era ele mesmo religioso, pois a cidade oferecia também aos deuses do povo um lar permanente - mais uma vez, ao contrário dos gregos, cujos deuses protegiam as cidades dos mortais e, por vezes, nelas habitavam, mas possuíam seu próprio lar, distante da morada dos homens, no Monte Olimpo”²¹

Nesse contexto surge a palavra, desconhecida do vocábulo grego, “*auctoritas*”, que é derivada do verbo “*augere*”. “*Augere*” significa aumentar, fazer crescer, engrandecer. A posse da autoridade impunha a necessidade de engrandecimento da experiência da fundação. Crescimento, porém, em direção ao passado: crescer significava estar mais perto dos antepassados. Os *anciões*, o *senado* e os denominados *patres*, obtinham a autoridade por descendência e transmissão daqueles, chamado pelos romanos de “maiores”, que haviam lançado as fundações, tendo como obrigação tornar grande a cidade de Roma, aumentar seu prestígio e sua imponentia.

Para melhor compreensão do sentido de autoridade experimentado pelos romanos, deve-se frisar, a título de comparação com os gregos, de que maneira ocorre a diferença, por sinal antagônica, de “*auctores*” e “*artífice*”. Os últimos se apresentam como os construtores e elaboradores, os “*executores*” propriamente dito; enquanto que os primeiros são, na verdade, o sentido das construções e das elaborações, e desse modo, os verdadeiros “*autores*” das construções.

A autoridade, ao contrário do que se possa imaginar, não se confunde com a obtenção de poder. Como foi adiantado na definição provisória de seu conceito, o poder só existe na participação plural dos homens na esfera pública quando se reúnem para decidir sobre o futuro de seu povo.

“A autoridade, em contraposição ao poder (potestas), tinha suas raízes no passado, mas esse passado não era menos presente na vida real da cidade que o poder e a força dos vivos”²²

Enquanto a autoridade é oriunda e herdeira de um passado glorioso, o poder somente se dá na medida em que, sempre presente, exista a esfera onde as pessoas se unam e assumam uma decisão comum, porque poder é potência, isto é, possibilidade de mudança e de escolha do próprio destino; a possibilidade de trazer o novo ao mundo só há quando a plurivocidade dos homens acontece em um espaço político.

A autoridade daqueles que a possuem, em contraponto direto com o modelo do artífice usado por Platão, não se confunde com o direito ao poder ou à força. O artífice assume bem o seu papel se, e somente se, conhece as idéias, ou seja, têm acesso à razão e, guiado por ela, possui a força²³ de fazer da realidade sua imagem. A força reside na manipulação que o artífice é capaz de fazer, na possibilidade de trato que têm com as coisas. Além do mais, a relação do artífice com as coisas é sempre no sentido de uma violação. Uma mesa não vem ao mundo senão através de uma violação de seu estado de árvore, da mesma maneira que tudo o mais, seja qual for o material empregado, que se pretende manipular e transformar. A relação é imposta de cima para baixo, e a partir da violência do artífice, a razão assume caráter de tirania: eis porque Hannah Arendt insiste no caráter tirânico da razão, apesar de que o próprio Platão não reconhecia seu governo utópico como um governo tirânico.

Porém, autoridade em seu sentido pleno, tanto quanto os romanos a conheciam, se dava numa espécie de conselho. O conselho dessa autoridade, principalmente o senado, reside no limite entre a ordem e a persuasão, para fazer-se escutado. As ações são sujeitas ao erro e engano e, dessa forma, precisam de “acréscimo” e confirmação pelas assembléias que representavam a autoridade.

“A força coercitiva dessa autoridade está intimamente ligada à força coercitiva dos auspices, que ao contrário do oráculo grego não sugere o curso objetivo dos eventos futuros, mas revela meramente a aprovação ou desaprovação divina das decisões feitas pelos homens”

Cada ato presente carrega o peso de todo um passado, expresso na palavra “gravitas”. Pois o passado e a tradição são normativos para todas as ações futuras. Caso se retome a imagem da pirâmide, os romanos não fundamentaram a autoridade em noções transcendentais: não transcenderam a realidade da *physis*, como no caso da *meta-physika* (além-mundo) das idéias; assim como também não transcenderam a *pólis*, no sentido do abandono da esfera pública na tentativa de fundamentação da autoridade no horizonte da administração doméstica. A fundação se encontra nas profundezas de um passado terreno (fundação da cidade romana), não há fundação fora e acima do topo da pirâmide. Sua origem é a fundação da cidade que ocorreu num passado longínquo e sagrado. Mas de um sagrado, como vimos, terreno. O passado é santificado através da tradição que se preserva nas próximas gerações e se engrandece no transcurso do tempo a partir do testemunho da sagrada fundação.

Arendt faz notar que os romanos não necessitavam de autoridade apenas em assuntos da esfera política. Precisavam de autoridades também em matéria de filosofia, poesia e letras. Dessa maneira, os gregos são eleitos como as autoridades em questões de teoria e literatura. O curioso é que parece forçoso crer que os filósofos gregos como Platão e Aristóteles, tornaram-se de fato autoridades somente nas mãos dos romanos. E, como era de se esperar, as experiências políticas romanas que os gregos não possuíam, foram interpretadas a partir de conceitos gregos. Ficamos, portanto, como o seguinte quadro: os romanos utilizaram as noções gregas para se auto-interpretarem, e com isso modificaram suas próprias concepções políticas; por outro lado, a filosofia grega foi traduzida aos moldes do conteúdo de experiências estrangeiras, as latinas, tão distintas de suas próprias experiências, o que transformou o pensamento grego. Desse amálgama, surgiu a Igreja Cristã, fortemente influenciada pela trindade romana de tradição-religião-autoridade, como também pela metafísica grega. Porém, esta temática escapa aos objetivos deste texto.

Desse modo, temos uma relação essencial do que Arendt denominou “trindade romana”, relação expressa na experiência da *auctoritas* que visa “engrandecer” o passado e a tradição, sempre unidos, re-ligados pela religião. O que nos permite compreender o caráter sagrado da fundação da cidade romana e da tradição imperativa advinda dessa fundação.

Conclusão

O confronto entre as experiências gregas e as experiências romanas do fenômeno da autoridade foi importante para a compreensão adequada da noção de autoridade que surgiu com determinadas proporções e que, após seu desenvolvimento através da herança greco-romana, efetuada pela Igreja Cristã, chegou a um fim no mundo moderno. O objetivo do texto foi frisar especificamente a origem do conceito de autoridade, interpretado por Hannah Arendt, e a situação moderna de sua ausência, deixando de lado, desse modo, as implicações dos desenvolvimentos dessa noção na Idade Média. É evidente que este é o primeiro e o passo essencial para compreender da melhor maneira a autoridade neste período histórico de heranças latinas e gregas.

O fato de se começar, metodologicamente, por tratar da situação do mundo moderno e suas consequências diante da autoridade, para depois averiguar suas origens políticas e filosóficas, se deve à aquiescência do autor com a própria metodologia típica de Hannah Arendt, que parte sempre de um problema situado em seu tempo, como ponto de partida para buscar as origens históricas e a possibilidade de interpretação do presente através da tradição.

As razões inerentes do processo histórico ocidental, onde as categorias políticas perderam seu prestígio, e segundo Arendt, sua dignidade, tiveram início, como nossa autora bem percebeu na sua volta à tradição, muito antes dos regimes totalitários do século XX. A perda da dignidade da política teve início com o declínio de suas categorias fundamentais como, dentre elas, a noção de *autoridade*.

A falência da autoridade, das instituições religiosas e a quebra dos ideais transcendentais da metafísica que permearam o pensamento político, teológico e filosófico, desde o fim da antiguidade, ainda não foram suficientemente compreendidos. Eis o grande empreendimento de Hannah Arendt: mostrar que a crise que marca nosso tempo, bem como as crises que o precederam e que formam com o declínio da autoridade uma unidade essencial, são a consumação e o solapamento da experiência da fundação dos romanos, expressa na trindade “tradição-religião-autoridade”. Da mesma forma, as várias revoluções da época moderna, como a revolução francesa e a americana, são tentativas de recuperar essas fundações e renovar o fio rompido da tradição cuja finalidade é a possibilidade de construção de um novo mundo.

Notas

* Texto parcialmente apresentado nas “comunicações arendtianas”, evento realizado em Juiz de Fora, nos dias 26, 27 e 28 de abril, no “*Colóquio do Centenário de Hannah Arendt: por amor ao mundo*”, em 2006.

** Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. pesquisador do Núcleo de Espaço Público e Cultura Cívica, CNPq- UFJF

(1) ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. Trad.: Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo. Editora perspectiva, 3ª edição, 1992. Capítulo 3, p. 128. (toda referência doravante desta obra pertence a esta edição.

(2) Hannah Arendt distingue “mundo moderno” e “era moderna”. Em “A Condição Humana” (vide bibliografia), no prólogo, pp. 13-14, lê-se: “Cientificamente, a era moderna começou no século XVII e terminou no limiar do século XX; politicamente, o mundo moderno em que vivemos surgiu com as primeiras explosões atômicas”. A era moderna é determinada por três principais eventos: a) descoberta da América, b) a Reforma e c) a invenção do telescópio (ver capítulo VI de “A Condição Humana”). O mundo moderno teve seu início com a ascensão dos regimes totalitários, o nazismo e o estalinismo, no século XX.

(3) Para uma exposição detalhada, ver “A Condição Humana”, p. 211.

(4) O caráter de potencialidade pode ser visualizado nas raízes da palavra poder: em grego, poder se refere a “*dynamis*”; em latim, *potentia*; em alemão, *Macht* – que deriva, segundo Arendt, de *mögen* e *möglich*, e não de *machen*, como se poderia acreditar.

(5) A persuasão objetiva o convencimento a partir do uso da palavra, possui a retórica como caráter essencial.

(6) “*Entre o Passado e o Futuro*”, p. 129.

(7) Para melhores detalhes, recomendo outra obra de Arendt em que o totalitarismo é explorado: "*Origens do Totalitarismo*".

(8) Ver "Que é Liberdade?", capítulo quarto, em "*Entre o Passado e o Futuro*". pp. 188-220. O aspecto central que merece destaque é a dissolução do conceito político de liberdade realizada pela filosofia. A filosofia tornou a liberdade um fenômeno da vontade (Agostinho), a liberdade passou a ser uma realidade interior, entendida como livre arbítrio. A modernidade também não foi capaz de restituir a liberdade em sua essência política, pois a liberdade foi entendida como "livrar-se" da política: restrita apenas à esfera privada.

(9) A própria noção de liberdade entendida pelo liberalismo é a-política, i.e., o governo liberal assegura a liberdade individual que começa justamente onde o estado acaba. A liberdade, segundo Arendt, porém, só é possível na esfera pública.

(10) "*Entre o Passado e o Futuro*", p. 134. Existem códigos reguladores dos atos do governo autoritário. Fundamentados ou em "direitos naturais", ou "mandamentos divinos", ou em "idéias platônicas"; porém, sempre há algo exterior ao próprio governo que o limita.

(11) A realidade da pólis, experimentada pelo cidadão grego, não continha em si mesma uma experiência propriamente autoritária que não se confundisse com tirania e despotismo. A interpretação já clássica que Arendt diz constituir a democracia ateniense de homens livres e iguais. A condição para que os homens atuassem na vida pública era que conquistassem a liberdade perante o labor e as necessidades da vida biológica. Na esfera da pólis, imperava a ausência de governantes e governados, de líderes e liderados; vigorava, portanto, a igualdade conquistada para a política.

(12) "*Entre o Passado e o Futuro*" p. 147.

(13) Texto, "*A Doutrina de Platão sobre a Verdade*" de Martin Heidegger.

(14) Para uma melhor análise deste mito segundo Arendt, ver Eduardo Jardim de Moraes, em seu artigo: Hannah Arendt: Filosofia e Política: in *Perspectiva*, São Paulo, Unesp, 1993, vol. 16, pp- 111-118.

(15) "*Entre o Passado e o Futuro*" p. 149.

(16) Recurso que será retomado pela Igreja Cristã após o declínio do império romano, com o intento político de fundamentar em verdade dogmática o mito do inferno para reestruturar o império.

(17) "*Entre o Passado e o Futuro*" p.147.

(18) Na alegoria da caverna platônica, o filósofo emerge da caverna em pura singularidade.

(19) "*A Condição Humana*", p. 20.

(20) "*Entre o Passado e o Futuro*" p.162

(21) "*Idem*", p. 163.

(22) *Entre o passado e o futuro*, p. 164

(23) Normalmente, fica-se tentado a nomear de *poder a força* que o tirano e, neste caso, o artífice possui. É preciso sempre ter presente a distinção crucial de Arendt entre *força* (capacidade individual) e *poder* (potencial existente na pluralidade).

(24) "*Entre o Passado e o Futuro*", p. 165

Bibliografia:

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. Trad.: Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo, Editora perspectiva, 3º edição, 1992;

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Trad.: Roberto Raposo. Rio de Janeiro, Editora Florense Universitária, 8ª edição, 1997;